

# Línguas na escola elitista

ÁLVARO VALLE

O esfacelamento da escola pública e o esvaziamento geral da escola brasileira são hoje o grande instrumento acelerador da elitização do País.

A escola pública, que formou bem gerações de brasileiros, está dizimada por 15 anos de salários miseráveis pagos ao magistério. Mas pouca gente sabe que há escolas particulares no Brasil, onde aos 12 anos as crianças falam inglês e mais uma língua (francês ou alemão) como línguas maternas, e aos 13 já estudam matemática e física com livros usados em nossa pobre universidade. São umas 15 ou 20 no eixo Rio-São Paulo, e custam por mês, por aluno, o que uns dez trabalhadores ganham para sustentar toda a família. Se, no futuro, esses jovens ficarem no Brasil, o que é pouco provável, vão ser os donos dele.

Na década de 70, acharam que a escola era burguesa, deveria respeitar os alunos e ser mais "formadora" do que informadora. Esvaziaram-na de conteúdo, em nome de sua democratização, tirando dos mais pobres o único lugar onde poderiam descobrir os instrumentos de sua promoção social. Resultado da experiência: nunca a escola brasileira foi tão antidemocrática como hoje. Por sua má qualidade.

Mas há um subproduto dessa má qualidade, que age como acelerador da atual elitização, e do qual pouca gente se está dando conta: a deficiência do ensino de línguas na escola regular.

Nós falamos uma língua bonita e rica, mas que, infelizmente, não tem uso corrente. Vinte e quatro horas por dia, universidades e centros de pesquisa estão produzindo saber, e seus trabalhos não são escritos em português. Em outras palavras: apenas com a língua portuguesa, não temos os códigos indispensáveis para acompanhar o mundo moderno.

Sem entender uma língua de uso corrente, ninguém pode ser hoje um bom profissional. E isso é entendido por todos os países que têm o mesmo problema que o nosso. Nas universidades suecas, por exemplo, usa-se a língua nacional tanto quanto o inglês, o alemão ou o francês, que os jovens aprenderam no primário. Os livros adotados em qualquer universidade escandinava são em sua grande maioria escritos em outra língua que não a do país. No Brasil, durante a Constituinte, lutei para que não se incluísse um artigo que obrigava nossas escolas de qualquer nível ao uso exclusivo do português e do tupi-guarani. Venci a batalha em parte, porque foi mantida na Constituição a proibição, apenas não generalizada (como era a proposta) para todo tipo de ensinamento. Professores estrangeiros têm a honra de, pelo menos, poder dar cursos não regulares no Brasil.

Nosso país talvez seja o único no Mundo em que um jovem estuda quatro ou cinco anos de inglês na escola regular, e é incapaz de falar dois minutos na língua que estudou, e que qualquer pessoa de inteligência normal aprende na metade desse tempo. O francês simplesmente desapareceu das escolas, como por encanto.

Aí, aliás, está outra evidência do pretensão elitismo. Enquanto ninguém se preocupa em ensinar francês elementar no Primeiro Grau, o MEC obriga nossas faculdades de Letras a terem um curso de Literatura e Letras Românicas. Como são mais de 300, e em todas deve haver pelo menos um professor, isso quer dizer que temos pelo menos 300 romanistas no Brasil... A França tem uns quatro ou cinco!

Voltando a falar sério: estamos tribalizando uma geração e reservando a aquisição do conhecimento a pequeno grupo de privilegiados. Se queremos a escola como

instrumento de democratização, igualadora de oportunidades, a escola pública deveria despedir seus alunos com o instrumento de pelo menos uma língua de uso corrente.

A ignorância dos códigos de acesso ao conhecimento é a pior reserva de mercado que criamos, e preliminar para todas as outras. Em um mundo aldeizado, os nossos jovens que estão formando a sua inteligência têm como únicas fontes nossos livros, revistas e jornais que são escritos, geralmente, por outros que também os têm como fontes exclusivas. É claro que vão todos defender o isolamento pré-Gorbatchov, até por instinto de sobrevivência.

Até em pequenos fatos da vida diária já percebemos o resultado do isolamento. Dá pena, por exemplo, ver os brasileiros que visitam Nova York ou Miami empoleirados em lojas brasileiras de bugingangas. Elas vendem produtos mais caros, quando os entregam, e geralmente falsificados ou reembalados. Mas os nossos turistas de classe média, apesar de terem passado uma vida na escola, não sabem entrar em uma loja americana e pedir um tênis.

Os equipamentos modernos que importamos, de filmadoras a computadores, são subutilizados porque seus operadores não sabem ler nem o manual inteiro. A pesquisa que eles têm incorporada é rigorosamente inútil.

O pior é que nossos engenheiros e médicos recém-formados também não sabem pedir um livro ou ler a revista de sua especialidade. Um leigo de boa formação intelectual sabe, às vezes, melhor que eles, o que existe de novo em sua área. Até pretensos analistas e programadores pensam poder ter alguma qualidade, usando apenas sua imaginação e os dez ou 20 livros traduzidos que folhearam. Esta é a reserva de mercado que os ignorantes mais acariciam. Ela é global e está na raiz da campanha por reservas menores anacrônicas aticadas pelas igrejinhas de subintelectuais.

O problema está se tornando mais grave do que possa parecer. Os melhores professores dos centros de pesquisa evitam alunos e professores de sua própria universidade, que não têm como ler seus livros ou acompanhar seu traba-

lho. Quem está atento à universidade de hoje, sabe que cada vez mais os que ensinam limitam-se a repetir: e os que criam, não ensinam. Pesquisa e docência estão a cada dia mais distantes.

Anos atrás, um oftalmologista brasileiro (da melhor qualidade) julgou ter feito descoberta de valor, ao localizar um agente patológico que lhe parecia inédito no globo ocular. Naquele tempo, não se pediam referências por redes de computador. Como eu ia à Europa, pedi-me que tentasse descobrir se havia alguma coisa na área. Fui ao Catálogo Geral em Paris, e no dia seguinte, para decepção do médico, mas sobretudo para seu enriquecimento, eu tinha a relação de mais de cem trabalhos acadêmicos exatamente sobre o assunto.

É humanamente impossível ter em português (ou em sueco ou em suaíle) todo o conhecimento que o Mundo está produzindo. Não nos resta alternativa senão seguir o exemplo escandinavo, asiático e que agora até os espanhóis e portugueses estão imitando. Uma política de educação realista e voltada para o futuro do País deveria concentrar verbas maciças em bolsas de estudo de línguas correntes, mesmo que seja preciso desviá-las da pesquisa elitista de alguns exotismos que a Capes e o CNPq às vezes estimulam.

Certamente vamos começar com a reciclagem do magistério de inglês — quando descobrirmos que, pelo menos, 80% dos seus professores, formados em nossas universidades, sabem tanto inglês quanto seus pobres alunos.

Álvaro Valle é deputado pelo PL do Rio de Janeiro.



Educação  
032  
Reportagem 0345

